

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

O Brasil nas Américas: as imagens da América Hispânica e dos Estados Unidos construídas por intelectuais brasileiros na década de 1930.

Baggio, Kátia Gerab (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil).

Cita:

Baggio, Kátia Gerab (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). (2007). *O Brasil nas Américas: as imagens da América Hispânica e dos Estados Unidos construídas por intelectuais brasileiros na década de 1930. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/330>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XIº JORNADAS INTERESCUELAS - DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Tucumán, 19 - 22 de Septiembre de 2007

Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Tucumán

Mesa Temática Abierta: 39 – Historia de los intelectuales en América Latina

Coordinación:

Dr. Carlos Altamirano

Dr. Oscar Terán

O Brasil nas Américas: as imagens da América Hispânica e dos Estados Unidos construídas por intelectuais brasileiros na década de 1930¹

Kátia Gerab Baggio (Departamento de História - Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil)

Este trabalho pretende analisar como determinados intelectuais, que publicaram na importante coleção “Brasíliana” da Companhia Editora Nacional, na década de 1930, buscaram construir a identidade brasileira em contraste com as imagens e interpretações elaboradas acerca da América Hispânica e dos Estados Unidos. Nos anos 30, o tema da nação ganhou lugar de destaque na política brasileira. Dentro desse novo quadro político, em que se encaixaram perfeitamente os propósitos da coleção “Brasíliana”, a afirmação da identidade nacional tornou-se uma necessidade para o governo de Getúlio Vargas. A coleção, criada em 1931 e dirigida, até 1946, pelo educador e sociólogo Fernando de Azevedo, foi um projeto editorial ambicioso que, ao comemorar 10 anos de existência, contabilizava duzentos títulos publicados. A “Brasíliana” é a quinta série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, constituída também pelas séries: *Literatura Infantil*, *Livros Didáticos*, *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*. Ou seja, um conjunto de coleções que pretendia atingir vários objetivos: criar um público leitor desde a infância, além de subsidiar o trabalho dos professores, tanto com obras didáticas para os estudantes como através da publicação de títulos de divulgação científica e material voltado ao aperfeiçoamento e atualização profissional dos educadores.

A “Brasíliana”, por sua vez, tinha um objetivo amplo: congregar títulos expressivos sobre a realidade brasileira, em seus mais diversos aspectos. Os volumes

¹ Este trabalho é parte do Projeto Integrado de Pesquisa *Coleção “Brasíliana”: escritos e leituras da nação (1931-1941)*, desenvolvido no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil, e coordenado pela profa. Dra. Eliana de Freitas Dutra, com apoio do CNPq e FAPEMIG.

publicados na coleção estavam inseridos nas seguintes unidades: Antropologia e Demografia; Arqueologia e Pré-História; Biografia; Botânica e Zoologia; Cartas; Direito; Economia; Educação e Instrução; Ensaios; Etnologia; Filologia; Folclore; Geografia; Geologia; História; Medicina e Higiene; Política; Viagens. A amplitude e a diversidade das temáticas abordadas indicam claramente o perfil enciclopédico da coleção, que pretendia ser a mais completa fonte de conhecimentos sobre o Brasil até então.² A coleção reuniu reedições de clássicos esgotados e obras raras, traduções de livros estrangeiros sobre o Brasil – com destaque para obras de naturalistas e viajantes –, e trabalhos inéditos de intelectuais e cientistas brasileiros de diversas áreas do conhecimento. Como afirma Eliana Dutra, o projeto de criação da “Brasiliana” tem como sustentáculo a intenção de constituir uma “pedagogia da nacionalidade.”³ A perspectiva nacionalista fica evidenciada na própria concepção do projeto da “Brasiliana” e se expressa nas auto-referências dos seus idealizadores. No catálogo comemorativo dos primeiros dez anos da coleção, afirma-se que o objetivo da “Brasiliana” era “descobrir o Brasil aos brasileiros, torná-lo cada vez mais conhecido para o fazer mais amado.”⁴

A coleção publicou, dentro do propósito de contribuir para o desenvolvimento do país, obras que pretendiam fazer diagnósticos dos problemas brasileiros e indicar caminhos para a modernização, com a proposição de reformas, projetos e políticas públicas. Vale ressaltar que os autores que publicaram na coleção, de um modo geral, ocupavam cargos e funções importantes na imprensa, no ensino superior, em instituições culturais e científicas, além da burocracia estatal. Os vínculos entre a produção intelectual de vários dos autores da “Brasiliana” e os projetos de políticas públicas da década de 1930 eram evidentes, fundamentalmente aqueles gerenciados e implementados pelo Estado.

Dentre as obras publicadas, vale destacar, também, aquelas que buscaram inserir o Brasil no continente e no mundo. Ainda que o enfoque privilegiado tenha sido voltado para a nação e a identidade nacional, foram publicadas obras relevantes sobre o papel do Brasil na América e no cenário internacional, inclusive como forma de fortalecer a nacionalidade.

² Sobre a coleção “Brasiliana”, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*. In: Dutra, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

³ DUTRA, Eliana de Freitas. *Op. cit.*, p. 305 e 311.

⁴ *Catálogo “Brasiliana” Comemorativo dos 200 volumes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. *Apud* DUTRA, Eliana de Freitas. *Op. cit.*, p. 305.

Nos anos 1930, vivia-se um período de redefinições do Brasil em relação ao quadro político internacional, em particular no continente americano. A compreensão das representações construídas sobre a nação brasileira está vinculada, também, à análise das visões brasileiras sobre as Américas, objetivando a compreensão do Brasil inserido num mundo mais amplo, nesse caso, o mundo americano.

Os reflexos do *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, como se sabe, foram bastante sentidos no Brasil, como em toda a América Latina. A crise econômica provocou um certo distanciamento em relação aos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, a intenção do governo Vargas de aproximar-se dos países hispano-americanos. Os discursos de Vargas, nos anos 30, enfatizavam a necessidade de reforçar os laços de solidariedade e cooperação entre os países latino-americanos. Nos anos 40, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo de Vargas acabou por definir-se pela aliança com os Estados Unidos, mudando o rumo de sua política externa. Assim sendo, a década de 1930 é um período bastante oportuno para investigar imagens e representações sobre a América Hispânica e os Estados Unidos construídas no Brasil.⁵

A construção de identidades sempre se realiza em contraste com o(s) “outro(s)”. As questões que norteiam este trabalho são: a “identidade brasileira”, que se buscou construir nos anos 30, afirmou-se de que maneiras frente às realidades políticas, culturais, geográficas etc., dos demais países americanos? Que lugar o Brasil almejava ocupar no continente? Em que medida nossas peculiaridades se desenhavam frente aos países vizinhos e à potência capitalista do norte? Se as perguntas mais freqüentes que os intelectuais faziam eram: “que país é este?”, “quem somos?”, minha intenção é buscar compreender como eles respondiam às seguintes indagações: “que país é este dentro da América Latina?”, “que país é este em relação aos Estados Unidos?”, “que nação é esta, dentro da América?”.

Compreender como foi pensado o Brasil nos anos 30 significa, em meu entender, analisar, também, como foi pensado o Brasil frente ao mundo e, mais particularmente, o mundo que se mostrava cada vez mais relevante para o nosso desenvolvimento: os Estados Unidos e os vizinhos hispano-americanos. Para compreender as representações da nação é imprescindível, segundo penso,

⁵ Sobre as relações entre o Brasil, a América Hispânica e os Estados Unidos no período varguista, ver: CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano; e PRADO, Maria Ligia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000): A grande transação*. 2ª. ed. São Paulo. Ed. Senac. 2000, p. 298-304 e p. 333-342.

compreender, também, as representações do Brasil inserido num mundo mais amplo. No caso desse trabalho, o mundo americano.⁶

* * *

A América Hispânica – vista a partir de olhares brasileiros – é uma “outra” América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina. Historicamente, nosso país se aproximou muito mais da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos do que dos seus vizinhos. Além disso, as relações do Brasil com os países hispano-americanos foram caracterizadas, em vários momentos, por desconfianças mútuas.⁷

O Brasil republicano reforçou uma tendência de aproximação com os Estados Unidos que já vinha se delineando desde o Segundo Reinado. O Brasil buscou a aproximação com os Estados Unidos ainda sob a monarquia, diferentemente da sua postura em relação às repúblicas hispânicas. Para estes países, o Brasil monárquico manteve-se como um vizinho incômodo até 1889. Entretanto, não há dúvida quanto à maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos após a Proclamação da República. O novo regime abria as portas para um melhor entendimento diplomático do país com as repúblicas americanas. Significava que o Brasil abandonava o monarquismo europeísta – simbolizado pelos Bragança – e aderira à “vocaçãõ republicana e liberal das Américas”. Não foi sem motivo que o novo regime brasileiro foi reconhecido inicialmente pelos países americanos e, só num segundo momento, obteve o reconhecimento dos governos europeus.⁸

Houve, nesse período, um evidente fortalecimento do americanismo no Brasil, ainda que o exemplo norte-americano tenha sido aquele que ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais. As primeiras décadas republicanas foram, portanto, um período de intensificação das interpretações sobre a América Hispânica e os Estados

⁶ Este trabalho, em grande medida, dá continuidade à minha tese de doutorado, na qual analisei as interpretações de intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas sobre o pan-americanismo, a América Latina e, de um modo geral, acerca das relações entre o Brasil e as Américas: BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH - Universidade de São Paulo, 1998 (Tese de Doutorado).

⁷ Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH - USP: Humanitas, 2001, n. 145, p. 127-149.

⁸ Uruguai, Argentina e Chile foram os primeiros a reconhecer o novo governo brasileiro, já em 1889. Em janeiro de 1890, foi a vez da Bolívia, Venezuela, México e Estados Unidos. Na Europa, a França republicana foi a primeira, em julho de 1890, seguida pela Grã-Bretanha, Itália e Espanha, em 1891.

Unidos formuladas no Brasil.⁹ A monarquia brasileira marcou suas relações com as repúblicas vizinhas pelas tensões, conflitos e desconfianças mútuas. O Brasil republicano, por sua vez, teve como um de seus projetos alterar esse quadro, papel que coube, em grande medida, ao Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores de 1902 até sua morte, em 1912. Neste sentido, Rio Branco buscou solucionar os conflitos fronteiriços com os países vizinhos sul-americanos¹⁰ – na tentativa de aumentar a influência geopolítica do Brasil na América Latina – e, ao mesmo tempo, aproximar-se dos Estados Unidos. Entretanto, o ministro não aceitou uma adesão absoluta à política norte-americana, tentando manter uma posição estrategicamente equilibrada entre as influências britânica e norte-americana no Brasil.

Entretanto, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, prevaleceram, no Brasil, imagens negativas sobre a América Hispânica. Os países hispano-americanos eram identificados, via de regra, com a “anarquia, caos social, instabilidade, barbárie, atraso, militarismo, ditadura, caudilhismo, guerras civis, turbulência política, federalismo degenerado, demagogia”.

Em relação aos Estados Unidos, houve um intenso e vigoroso debate nos meios intelectuais e diplomáticos brasileiros em torno da proposta pan-americanista, entendida como integração dos países americanos sob a hegemonia estadunidense. A política externa brasileira, durante a Primeira República, entretanto, mostrou-se claramente favorável a um estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Considerando a fundamental relevância da coleção “Brasiliana” na produção editorial dos anos 30, ela revela-se uma excelente fonte para verificar se, nesse novo momento da história brasileira, as imagens sobre a América Hispânica, os Estados Unidos e sobre as relações entre o Brasil e as outras Américas se modificaram ou não na produção da intelectualidade brasileira.

⁹ Cf. BAGGIO, Kátia Gerab. *Op. cit.* e BAGGIO, Kátia Gerab. *A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas*. In: Dutra, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 447-463.

¹⁰ Durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente das negociações relativas a disputas territoriais (a partir de 1893) e, depois, como chanceler da República (entre 1902 e 1912), foram definidos vários litígios fronteiriços: com a Argentina, Guianas Francesa e Inglesa, Bolívia (em relação ao Acre), Peru, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Equador (que na época limitava com o Brasil) e Holanda (em relação ao Suriname). Entre 1893 e 1912, 440 mil km² foram definidos favoravelmente ao Brasil. Ver: Francisco Doratioto. *Espaços Nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 73-81; e André Roberto Martin. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 83-4.

A questão da alteridade norteia este trabalho. As visões dos brasileiros sobre os hispano e norte-americanos não podem ser dissociadas, como já foi ressaltado, do intento, por parte dos brasileiros, de entender o seu país. Não devemos perder de vista que os referenciais para se analisar o exterior são dados pelas questões colocadas internamente. Por isso, em grande medida, as visões sobre os outros informam mais sobre aqueles que enunciam os julgamentos do que sobre aqueles que são julgados. Os países hispano-americanos e os Estados Unidos aparecem, com frequência, como elementos de comparação, como experiências para se pensar as características e os problemas do Brasil. O estrangeiro é representado, via de regra, em um patamar superior ou inferior em relação àquele que o descreve. A afirmação da identidade deve se pautar pela recusa da semelhança, pelo realce da diferença. Como aponta Myriam Ávila, “descreve-se o exótico como melhor ou pior do que o pátrio, mas é preciso evitar fazê-lo aparecer como igual”.¹¹ Ou, como afirma Edward W. Said, “a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso ‘nos’ diferencia ‘deles’, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, e aliás bastante combativa, como vemos em recentes ‘retornos’ à cultura e à tradição”.¹²

No caso das Américas, interpõe-se um outro elemento perturbador: as representações européias sobre o chamado Novo Mundo. Essas representações constituem parte fundamental do repertório de imagens que os intelectuais, viajantes e diplomatas latino-americanos têm sobre as Américas Latina e Anglo-saxônica. Como afirma Ávila, há uma “reduplicação do olhar” quando o latino-americano escreve.¹³ Ou, como prefere o escritor argentino Ricardo Piglia, uma “mirada estrábica”.¹⁴

Os pensadores brasileiros, dentro dessa concepção, não assimilam de maneira imediata as concepções européias sobre o continente americano. Nas análises em que contrapõem o Brasil aos países hispano-americanos ou aos Estados Unidos, ou nos momentos em que refletem sobre as relações do Brasil com as “outras” Américas, eles escolhem, selecionam e transformam as representações européias, segundo as suas próprias necessidades.

¹¹ ÁVILA, Myriam. Peripatografias. Considerações sobre o motivo da viagem na literatura latino-americana contemporânea, a partir de Héctor Libertella. In: MACIEL, Maria Esther et alli. *América em movimento: ensaios sobre literatura latino-americana do século XX*. Rio de Janeiro: Sette Letras; Belo Horizonte: NELAM - FALE - UFMG, 1999, p. 116-7.

¹² SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

¹³ ÁVILA, Myriam. *Op. cit.*, p. 118.

¹⁴ PIGLIA, Ricardo. Memoria y tradición. In: 2º. *Congresso ABRALIC. Literatura e Memória Cultural. Anais*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC, 1991, vol. 1, p. 62.

Edward W. Said, em seu livro *Orientalismo*, em que analisa as construções ocidentais sobre o Oriente, afirma que “o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, idéia, personalidade e experiência de contraste”.¹⁵ Pode-se também afirmar que a América Hispânica (em geral, pelos estigmas negativos) e os Estados Unidos (freqüentemente tomados como modelo de desenvolvimento) ajudaram a definir o Brasil.

Coleção “Brasília”

Foram selecionados, entre os autores e livros publicados na coleção “Brasília”, na década de 1930, aqueles que pensaram o Brasil inserido no continente, enfatizando as relações do país com a América Hispânica e/ou com os Estados Unidos.

As obras selecionadas foram reunidas em três grupos temáticos. O primeiro congrega os livros dedicados à política externa do Brasil para a região platina e aos conflitos do século XIX na região; o segundo, reúne os livros dedicados às relações entre o Brasil e os Estados Unidos e ao tema do pan-americanismo; o terceiro, dedica-se à reflexão sobre o papel geopolítico do Brasil no continente e no mundo.

Os estudos sobre a história da política externa brasileira enfatizaram, no que se refere ao século XIX, os conflitos e guerras no Prata. A “Brasília”, nos anos 30, incluiu entre suas publicações várias obras dedicadas ao tema. Foram editados os livros de João Pandiá Calógeras, *A política exterior do Império. vol. III: da Regência à queda de Rosas* (1933); de Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil* (1937) e *História militar do Brasil* (1938); de Hildebrando Accioly, *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai* (1938); de Walter Spalding, *A invasão paraguaia no Brasil* (1940).

Também foram publicadas várias obras de história geral do Brasil que, em determinados capítulos, trataram do envolvimento brasileiro nos conflitos platinos. Entre essas, de João Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, de 1930 (com 2ª. edição na “Brasília” em 1935); de Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira*, de 1932; e, de Basílio de Magalhães, *Estudos de História do Brasil*, de 1940.

¹⁵ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-4.

Sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, a “Brasiliana” contém os livros de Hélio Lobo, *O pan-americanismo e o Brasil* (1939), e a obra de Hildebrando Accioly, *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América* (1945, 2ª. ed.).

O papel geopolítico do Brasil nas Américas e no mundo foi debatido por Mário Travassos, em *Projeção continental do Brasil* (3ª. ed., 1938), e por Osório da Rocha Diniz, em *O Brasil em face dos imperialismos modernos* (1940).

A “Brasiliana” também publicou, em 1935, um livro de Manoel Bomfim, *O Brasil*. Este livro é, na realidade, uma compilação de trechos da trilogia de Bomfim: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (escrito em 1925 e publicado em 1929); *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (redigido em 1926 e editado em 1930); e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano de sua publicação). *O Brasil* possui reflexões tanto sobre os conflitos no Prata como sobre o papel do Brasil no continente.

Em seguida, faço breves considerações sobre algumas das obras citadas acima, tentando compreender se, nos anos 30, dentro de uma coleção como a “Brasiliana” – destinada a ser um levantamento exaustivo sobre o Brasil, em relação a diferentes aspectos e questões da realidade nacional –, houve diferenças substantivas no tratamento que os intelectuais dispensaram às “outras” Américas, em comparação com as análises predominantes nas décadas anteriores. Também não podemos esquecer que, na década de 1930, houve uma importante renovação na historiografia e no pensamento brasileiros, com a publicação de trabalhos fundamentais de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros.

Em trabalho no qual analisa as interpretações sobre os conflitos platinos nas obras de Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*; Basílio de Magalhães, *Estudos de História do Brasil*; e Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira* – todos os três livros publicados na “Brasiliana” –, Priscila Ribeiro Dorella mostra que houve mudanças e permanências nas visões sobre o Prata construídas no Brasil nos anos 30, em relação às décadas anteriores.¹⁶

¹⁶ DORELLA, Priscila Ribeiro. *A nação brasileira e a América platina: uma análise de discursos historiográficos da “Coleção Brasiliana”, na década de 1930, sobre a construção da identidade brasileira em relação à “outra” América, a América Hispânica Platina*. Belo Horizonte: Depto. de História da FAFICH - UFMG, 2003 (Monografia de Bacharelado). Essa pesquisa foi desenvolvida junto ao Projeto Integrado já citado, sob minha orientação.

Pandiá Calógeras (1870-1934), em *Formação histórica do Brasil*, de 1930, utiliza-se de um tom diplomático que, evidentemente, tenta contribuir para a amenização dos ressentimentos remanescentes entre os países platinos, em razão dos conflitos do século anterior. Calógeras se esforça para criar uma imagem pacífica do Brasil. Há um certo cuidado no tratamento do “outro”, a América Hispânica Platina, reforçando um objetivo diplomático de integração regional, de interesse do governo Vargas. Para o autor, a fronteira platina não é apenas uma zona que divide, mas que proporciona intercâmbios econômicos e humanos. Calógeras entende que há uma identidade cultural platina e uma unidade geográfica. Entretanto, considera que o Rio Grande do Sul – inclusive durante a Guerra Farroupilha (1835-1845) – se identifica mais com o Estado nacional brasileiro do que com a identidade cultural platina (como defensor da unidade nacional brasileira, sua visão é compreensível). O autor enfatiza o pacifismo como parte da formação histórica do Brasil e advoga que o país deveria manter relações amistosas no século XX, reforçando a solidariedade continental e estreitando seus laços com os demais países americanos.

Basílio de Magalhães, em *Estudos de História do Brasil*, publicado em 1940, endossa a interpretação de Calógeras, enfatizando o pacifismo da tradição diplomática brasileira. O autor sustenta que os sangrentos conflitos do século XIX, entre brasileiros e hispano-americanos, foram sendo superados ao longo do tempo e a nacionalidade brasileira acabou por vencer os riscos de separatismo e fragmentação.

Entretanto, em Pedro Calmon, no livro *História da Civilização Brasileira*, de 1932, a visão predominantemente negativa da América Hispânica Platina se mantém, identificada com a barbárie e a fragmentação.

O historiador gaúcho Walter Spalding, por sua vez, em *A invasão paraguaia no Brasil*, reproduz farta documentação sobre a Guerra do Paraguai – nome pelo qual a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança é conhecida no Brasil –, trazendo também uma longa introdução comentando o conflito. Dedicou o livro “às gloriosas forças de terra e mar da pátria”. Spalding conserva as visões herdeiras do século XIX sobre a Guerra do Paraguai. Solano López é chamado de “visionário louco” e “autocrata capaz de todos os crimes para satisfação de seus instintos”. O autor chega a afirmar que o Brasil se envolveu nas campanhas platinas “com o fito único de eliminar os caudilhos e transformar o sul de nossa América Latina num remanso de paz”. E acrescenta que a intenção do Brasil “irritou os ditadores do Paraguai que, cheios de ódio que culminou na arrogância do segundo López, fez explodir a guerra

de há muito preparada pelo caudilho e tirano paraguaio.” Solano López teria, segundo o autor brasileiro, fanatizado os soldados paraguaios, conduzindo-os à morte. Spalding, cuja obra foi publicada na “Brasiliana” em 1940, reproduz todas as interpretações brasileiras do século XIX, que julgavam Solano López o grande responsável pela guerra, mortandade de seu povo e destruição de seu país.

Em torno das relações entre Brasil e Estados Unidos, a Companhia Editora Nacional publicou, na “Brasiliana”, o livro de Hélio Lobo, *O pan-americanismo e o Brasil*, em 1939. Nessa obra, Lobo faz um histórico da política pan-americanista, incluindo os seus antecedentes e todas as reuniões pan-americanas até aquele momento: da primeira, em 1889-90, em Washington, à reunião de Lima, em 1938. Além disso, discute o papel político do Brasil no continente. O autor é um entusiasta da integração americana, da política pan-americanista – no contexto da Política da Boa Vizinhança, de Franklin Roosevelt – e do progresso do continente americano, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Na conclusão de sua obra, afirma:

É certo que o continente teve guerras, no seu seio; que o caudilhismo ou a ditadura foram e ainda são, em mais de um, a forma usual de dominação política; e que falta às suas populações, em geral, o grau de educação cívica, o padrão de vida material, que são privilégios das nações adiantadas. Mas não é menos verdade que tais episódios e situações, no seu conjunto, não retiram à América, como entidade própria, a vocação para o progresso e a paz, que lhe são peculiares. Foi a consciência do destino comum que, aos poucos, criou esse sentimento, do mesmo passo que o instinto de conservação o fortaleceu. Pois pan-americanismo é essa consciência, nada mais (p. 143-4).

E, para confirmar sua adesão pan-americanista, cita Joaquim Nabuco, sabidamente um entusiasta do pan-americanismo no final de sua vida: “A América, graças à doutrina Monroe, é o continente da paz” (p. 145).

Hélio Lobo, num contexto em que a liderança dos EUA no continente era inquestionável, às vésperas do início da Segunda Guerra Mundial, proclama sua total adesão ao americanismo. Nesse contexto, é significativo que sua obra tenha sido publicada na “Brasiliana”, coleção que deveria ser um retrato do país e um espaço privilegiado para a reflexão em torno de projetos para a nação.

Manoel Bomfim: o Brasil na América

Entre as obras publicadas na “Brasiliana”, daremos uma particular ênfase ao livro *O Brasil*, coletânea de textos do intelectual e educador nascido em Sergipe,

Manoel Bomfim. A ênfase à obra de Bomfim justifica-se em razão não só da sua relevância, mas face à “reescritura” de sua obra, especialmente realizada para a sua publicação na coleção “Brasília”.

Manoel Bomfim (1868-1932) escreveu uma obra muito diversificada: livros, opúsculos e artigos sobre pedagogia, psicologia, história, sociologia, medicina, e obras didáticas de língua portuguesa, zoologia e botânica. Dentre todos os seus trabalhos, aqueles que nos interessam mais diretamente são os livros: *A América Latina: males de origem*, escrito em Paris em 1903, mas publicado em 1905; e a trilogia *O Brasil na América*; *O Brasil na história*; e *O Brasil nação*, escritos e publicados entre 1925 e 1931. Os três últimos serviram de base para o livro intitulado *O Brasil*, publicado na coleção “Brasília” em 1935, três anos após a morte do autor (houve uma segunda edição em 1940). *O Brasil*, como já assinalado, é uma seleção de trechos, feita por Carlos Maul¹⁷, recortados da trilogia de Bomfim. Em nota explicativa constante do volume, Maul afirma que manteve o texto original, apenas selecionando o fundamental da trilogia. Na verdade, o exame de *O Brasil* revela que a obra de 1935 é, em grande medida, um novo livro. Maul não apenas recortou o texto, como chegou a reescrever parágrafos inteiros, condensando-os e aglutinando-os. Inclusive, algumas idéias do texto original acabaram sendo modificadas e deturpadas na versão condensada por Maul.¹⁸ Entretanto, na capa do livro não há nada que explicita o fato de que se trata de uma coletânea. Além disso, não há, na coletânea, as indicações das fontes, levando o leitor a crer que está diante de uma obra original de Bomfim, ou de uma seleção aprovada pelo autor.

Em relação à visão de Bomfim sobre as Américas, vale ressaltar que, em seu livro de 1929, *O Brasil na América*, o autor enfatizou as diferenças entre o Brasil e os países hispano-americanos. No prefácio, afirmou que, se em sua obra de 1905, *A América Latina: males de origem*, havia verificado o que era comum, seu objetivo no novo livro era “destacar” o que poderia “distinguir o Brasil entre os outros neo-ibéricos”, como ele preferia denominar os países latino-americanos. Segundo Bomfim, os conceitos e idéias fundamentais, expostos em *A América Latina* não tinham sido abandonados. Mas existia uma diferença central: no livro anterior havia a

¹⁷ Carlos Maul foi jornalista, escritor e poeta. Foi, também, o tradutor, para o português, da 1ª. edição de *Facundo*, de Sarmiento – clássico do pensamento político argentino –, publicada em 1923 pela editora de Monteiro Lobato.

¹⁸ Sobre a coletânea de Carlos Maul e as alterações operadas nos três livros originais de Bomfim, ver SANTOS, Alessandra Soares. Como e porquê se deturpou a história escrita por Manoel Bomfim. In: *Cronos: Revista de História*. Pedro Leopoldo, MG: Faculdades Integradas Pedro Leopoldo, n. 8, abril 2005, p. 37-54.

crença no futuro da América Latina, havia a aposta na utopia. Em 1925, quando escreveu *O Brasil na América*, o autor revelou sua desilusão com os rumos políticos do Brasil.¹⁹

Bomfim considerava que os “chamados *latino-americanos*” não pensavam em *América Latina*, pois a “tal unidade” era, na verdade, “irreal”. Apesar dos “processos análogos de colonização”, as diferenças entre o Brasil e os países hispano-americanos eram, para o autor, ainda maiores do que entre Portugal e Espanha. Mesmo entre os hispano-americanos as especificidades nacionais eram muitas. Bomfim concluiu que a expressão América Latina deveria servir apenas “para designação geográfica”.²⁰ O autor rejeitou o termo América Latina por julgá-lo uma criação dos europeus que se tornou sinônimo de “atraso e barbárie”. Sua ênfase, em *O Brasil na América*, recaiu na heterogeneidade da América Ibérica e na análise do lugar e da identidade do Brasil no continente.

A maneira que Bomfim encontrou para comprovar a afirmação da nacionalidade brasileira foi através da distinção do Brasil em relação aos demais países do continente. No segundo capítulo de *O Brasil na América*, procurou demonstrar as diferenças entre Portugal e Espanha e, no último, insistiu nas “diferenças entre os neo-ibéricos”.

A questão das guerras civis também foi ressaltada por Bomfim. Segundo ele, constituíam “o mal maior das futuras nações” hispano-americanas. O Brasil, diversamente, teria tido, já na colônia – segundo o autor –, a centralização política, através da institucionalização do Governo Geral. Bomfim, como tantos outros autores, contrapõe a América Hispânica “localista, fragmentada, federalista”, ao Brasil “centralista, homogêneo, unido”. Contudo, localiza as raízes da estabilidade brasileira no século XVII e não no Segundo Reinado, como a grande maioria dos historiadores.²¹

Apesar de Bomfim ter sido um crítico vigoroso do darwinismo social, das teorias racialistas e dos preconceitos raciais, em relação à América Hispânica, não conseguiu romper completamente com as concepções predominantes no Brasil, em geral preconcebidas. Na sua ânsia de realçar as características positivas da formação brasileira, Bomfim acabou por realizar uma análise bastante tendenciosa, que

¹⁹ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 27; e *A América Latina: males de origem*. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 351.

²⁰ BOMFIM, M. *O Brasil na América*, p. 31-2. Os grifos são do autor.

²¹ Idem, p. 341, 357-360.

exacerbou características negativas do período formativo da América Hispânica – do início da colonização até meados do século XIX – e, por outro lado, enalteceu exageradamente características, por ele consideradas positivas, do período colonial brasileiro. É importante deixar claro que Bomfim era extremamente crítico no que concerne ao colonialismo, de um modo geral: seu discurso caracteriza-se pelo anticolonialismo e antiimperialismo. Entretanto, na busca por comprovar a formação precoce de um sentimento nacional no Brasil, comparativamente ao restante do continente, chegou a dizer que o país já era, nas primeiras décadas do século XVIII, “uma perfeita unidade nacional”. Quanto aos países hispano-americanos, teriam herdado dos espanhóis, segundo Bomfim, os traços de seu caráter particularista e fragmentado, expressos, de forma muito clara, no caudilhismo.

Os hispano-americanos, “mais monárquicos do que nós”, segundo Bomfim, adotaram a forma de governo republicana, enquanto que o Brasil, com vários antecedentes de lutas independentistas e republicanas, foi obrigado a aceitar a monarquia dos Bragança.²²

As críticas de Bomfim à monarquia brasileira estendeu-se à política externa. O historiador sergipano julgava que as guerras do Brasil no Prata tinham sido “injustas, criminosas”, impostas apenas “pelo capricho do soberano”.

As análises de Bomfim, formuladas no final dos anos 20, sobre a participação da monarquia brasileira nas guerras do Prata, foram contrárias à tendência dominante na época, que condenava os hispano-americanos e glorificava os militares brasileiros. Especialmente no caso da Guerra do Paraguai, Bomfim antecipou em muito a visão crítica que, décadas mais tarde, passou a vigorar. Ainda que – diferenciando-se da corrente revisionista dos anos 1960 e 1970 – não creditasse as motivações mais profundas da guerra aos interesses imperialistas ingleses²³, Bomfim denunciou a ação extremamente violenta do Brasil na guerra, que reduziu a população do país vizinho de forma drástica, desorganizou completamente sua economia e deixou o Paraguai destruído. Bomfim também detectou com clareza os interesses do Brasil na livre navegação dos rios e suas pretensões de hegemonia na região. Também criticou severa e ironicamente as interpretações que justificavam a ação brasileira no Prata como defesa da liberdade, contra os ditadores hispano-americanos.

É importante registrar que as críticas mais agudas de Bomfim à participação

²² Idem, *ibidem*, p. 374.

²³ Interpretação que tem sido revista pela historiografia mais recente. Ver, por exemplo, DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

brasileira na Guerra do Paraguai não aparecem na seleção organizada por Maul, *O Brasil*. Os longos trechos que foram suprimidos, na coletânea publicada na “Brasiliana”, são exatamente aqueles que contém as divergências mais evidentes de Bomfim em relação à política externa do Império brasileiro na região platina e ao discurso patriótico de grande parte da historiografia brasileira sobre a participação do país na guerra. Esses recortes são bastante ilustrativos em relação aos critérios de seleção utilizados por Carlos Maul para reduzir os três livros originais para apenas um.

Em *O Brasil nação* – o último livro da trilogia, escrito no final de sua vida – Manoel Bomfim já não acreditava que a transformação radical das sociedades latino-americanas seria consequência de amplos projetos de educação da população, diversamente do período em que escreveu *A América Latina*. Bomfim continuava, evidentemente, apostando na importância da educação, mas, devido à percepção de que as elites latino-americanas, detentoras do poder político, não investiriam num projeto maciço de instrução, passou a defender que o único meio de acabar com a exploração era através da revolução popular. Cada vez mais influenciado pelas idéias socialistas, Bomfim defendeu a “verdadeira” revolução social, criticando os regimes liberal-democráticos.

A aposta na revolução não significava, para Bomfim, a adoção do modelo soviético, pois, segundo ele, não tínhamos as condições necessárias para “contar com a imediata solução comunista”. Nossa opção deveria ser condizente com a realidade brasileira, caracterizada por ter um proletariado que “mal se define como classe” e um “povo sem consciência dos seus direitos, inculto”. Mas a revolução não poderia esperar, teria que brevemente salvar a consciência nacional, pois, “mais de uma vez, em nações poderosas, o Estado esteve descaradamente prisioneiro do capital”. Quanto ao Brasil, Bomfim avaliava que avançava sobre nós, e já nos constringia “órgãos importantes, o polvo-capital”.²⁴

Curiosamente, Bomfim – que no último capítulo de seu *O Brasil na América* realçou, de todas as maneiras, as diferenças entre o Brasil e os “neo-castelhanos”, com o claro objetivo de reafirmar a nacionalidade brasileira – foi buscar na experiência mexicana respostas para suas inquietações. Na impossibilidade de seguir o modelo russo, dadas as divergências conjunturais e histórico-culturais, Bomfim inspirou-se na Revolução Mexicana iniciada em 1910:

²⁴ BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 570-1.

*... se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproximam-nos tanto... [...] apurando se possíveis as formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimana diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; (...) terra para os que desejam trabalhá-la... Isto, que é absolutamente indispensável, ali se vem realizando desde o modesto zapatismo. Isto, poderíamos tentá-lo ...*²⁵

A longa citação justifica-se pelas suas interessantes revelações. Ainda que considerasse o Brasil um país com especificidades bastante acentuadas, resultantes de seu período formativo, o exemplo mexicano pareceu-lhe muito mais próximo e familiar do que o russo. Reconheceu e elogiou várias iniciativas resultantes do processo revolucionário mexicano: a derrota do poder da velha oligarquia, representada pela ditadura de Porfirio Díaz; a implementação de um projeto de difusão maciça do ensino público, principalmente a partir da gestão de José Vasconcelos como ministro da Educação; o estímulo ao fortalecimento da identidade nacional, com a valorização da cultura popular e de suas raízes pré-hispânicas; a legislação trabalhista e social; a reforma agrária. Não há dúvida de que Bomfim acompanhava atentamente o processo político-social no México desde o despontar da Revolução em 1910 e, principalmente, as profundas transformações pelas quais o país vinha passando.

Importante observar, também, a recusa de Bomfim ao modelo fascista – que vinha atraindo tantos intelectuais latino-americanos a partir do início dos anos 20 – e, por outro lado, a rejeição às imposições da III Internacional. Ao mesmo tempo, percebemos que Bomfim não idealizava a Revolução Mexicana, considerava que era a “revolução possível”, dentro das condições concretas do México no início do século XX.

Nos últimos parágrafos da conclusão de *O Brasil nação*, Bomfim retomou a crença num futuro menos desigual e injusto para o Brasil. Recomendou o ensino público para todas as crianças; um sistema educativo que estimulasse o sentimento nacional, mas preservando a solidariedade e cordialidade com os estrangeiros; o

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 572-3.

incentivo à produção científica; e “o Estado, apenas, para impedir a injustiça e assegurar a defesa social contra o mal evitável...”. Suas utopias não se restringiam ao território brasileiro, mas abrangiam toda a América Latina. Nesse sentido, explicitou o desejo por

... um efetivo e cordial movimento de aproximação de todos os povos ibéricos do continente [...], que foi o glorioso programa de Bolívar; toda a América irmanada – sonho-utopia para o resto do mundo, possibilidade banal para este Novo Mundo, sem perspectiva de guerras...²⁶

Em agosto de 1931, Bomfim escreveu um posfácio para *O Brasil nação*, com o objetivo principal de negar que a Revolução de 1930 fosse aquela pregada por ele em 1928. O movimento de 1930 significava, para ele, mais uma “politique tradicional”, uma falsa revolução.

Bomfim também percebeu com clareza a influência perigosa do fascismo nos meios militares, políticos e intelectuais brasileiros. Ironicamente, afirmou:

... Mussolini é um grande ator, em pleno tablado, a irradiar tentações por todos os lados, maravilhosamente talhado para ideal dessa mentalidade agalorada, certa de que ao Brasil só tem faltado a puerilidade de um ditador a esfarelar-se em despotismos, sobre esta população de ignorantes e inúteis. E cada galão é bem um símbolo de fascismo, num bom fascismo crioulo, para outras tantas legiões, encamisadas ou não.²⁷

Suas críticas ao movimento de 1930 e suas convicções socialistas ficaram ainda mais evidentes nesta passagem:

Convençamo-nos que a fórmula – colaboração das classes é, apenas, o engodo com que o trabalhador continua a ser mantido na extrema situação de dependência econômica, pois que não pode haver sincera e real colaboração entre partes de atuação e valor tão diferentes.²⁸

A recusa de Bomfim ao modelo revolucionário bolchevique, suas críticas agudas ao fascismo e sua rejeição veemente da Revolução de 1930 como o caminho indicado para as transformações que ele defendia para o país deixaram a obra de Bomfim em uma situação delicada. Suas idéias foram, em grande medida e durante décadas, rejeitadas pela esquerda – principalmente a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro; recusadas pela direita e sem espaço no discurso oficial durante o governo Vargas. Seus livros chegaram a ser recolhidos das bibliotecas em 1937, por

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 578.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 582. Grifo do autor.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 589. Grifo do autor.

ocasião da instauração do Estado Novo. As dificuldades de recepção da obra de Bomfim foram nitidamente percebidas e apontadas por Ronaldo Conde Aguiar, Flora Sussekind e Roberto Ventura, em estudos sobre a trajetória de Bomfim.²⁹

Manoel Bomfim construiu um discurso em que condenou as elites governantes; a desigualdade social; a exploração do trabalho; o racismo; a falta de investimentos em políticas voltadas à educação popular, à saúde pública, ao saneamento, à habitação; o militarismo e os gastos excessivos para sustentar as Forças Armadas. Foi uma voz vigorosa nas primeiras décadas deste século contra os privilégios das minorias e a miséria de milhões de brasileiros e hispano-americanos. Manteve certas interpretações preconcebidas e generalizantes em relação às repúblicas hispano-americanas, fundamentalmente no que se refere à questão da unidade e identidade nacionais (que, segundo ele, seriam muito mais frágeis nos países hispano-americanos do que no Brasil). Entretanto, defendeu a solidariedade entre os países latino-americanos e a união de esforços para combater o domínio e a dependência em relação às potências capitalistas. Acreditou na revolução popular e teve no México uma forte inspiração, a despeito das limitações do processo revolucionário mexicano (era, como já afirmamos, a “revolução possível”). Manoel Bomfim foi uma voz vibrante, apaixonada. Teve, a seu tempo, poucos seguidores em meio à intelectualidade brasileira. Mas deixou sua marca inconfundível.

Na versão condensada de sua trilogia, *O Brasil*, publicada na “Brasília”, o último capítulo de *O Brasil nação* – em que Bomfim analisou o período republicano – e o posfácio, no qual fez críticas agudas à chamada Revolução de 1930, foram suprimidos. As reflexões de Bomfim sobre a necessidade da revolução, as referências positivas ao processo revolucionário mexicano, as críticas ao fascismo, as divergências em relação ao projeto instaurado no poder a partir de 1930, e a defesa de reformas sociais profundas desapareceram do livro publicado na “Brasília”, segundo os critérios de seleção de Carlos Maul – um intelectual com claras simpatias ao movimento integralista e a concepções político-ideológicas de direita, fascistas.

A análise da versão condensada da trilogia de Bomfim possibilita a percepção de que o livro publicado na “Brasília” é uma versão estritamente nacionalista da obra de Bomfim, em que as ambigüidades presentes no pensamento do autor sergipano, falecido três anos antes, são amenizadas e seu sentido crítico e polêmico,

²⁹ Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e modernidade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

em grande medida, atenuado. Na sua condensação dos três livros de Bomfim sobre a trajetória histórica brasileira, Carlos Maul operou uma reconstrução da obra original, com evidente viés de direita e ultranacionalista, muito mais apropriado às filiações político-ideológicas de Maul do que às do próprio Bomfim.

* * *

A avaliação, ainda que breve, das obras publicadas na “*Brasiliana*”, entre 1931 e 1941, em torno das relações do Brasil com as “outras” Américas, mostra que, de um lado, as interpretações predominantes nas décadas anteriores – nas quais a América Hispânica foi vista como sinônimo de “barbárie”, “violência política” e “fragmentação” – permaneceram ainda muito presentes nos anos 30. Mas, em nome do progresso continental e, mais ainda, do projeto nacionalista de liderança do Brasil na América do Sul – caro ao período varguista –, a integração continental foi enfatizada e, com ela, uma visão de um Brasil pacífico, que mantinha boas relações com os vizinhos. Junto com essa visão do Brasil, foram elaboradas algumas interpretações mais positivas sobre os países hispano-americanos, mantendo-se, em grande medida, uma perspectiva nacionalista da história brasileira. Ao lado disso, apareceu, com mais frequência, um indiscutível reconhecimento da liderança norte-americana no continente.

Para finalizar, vale ressaltar que, a despeito das evidentes relações, já apontadas, entre o projeto editorial da “*Brasiliana*” e o contexto político brasileiro nos anos 30, não é possível identificar na coleção uma homogeneidade de interpretações, enfoques e ênfases sobre a história brasileira e nem uma completa convergência acerca dos projetos apresentados para os problemas do país.